PROÁLCOOL

Futuro a álcool

O Brasil não pode esperar a próxima crise energética para aproveitar os benefícios do álcool etanol

ANDRÉ MAIA GOMES LAGES

O Proálcool foi um sucesso: 96% dos carros novos em 1985 eram movidos a álcool. Em 1995, esse percentual baixou para 3% e a situação só tem piorado. Reportagem recente indicava que o percentual anual de produção não chega a representar nem 1% do total de carros produzidos no país.

Desde a primeira metade do século vinha se desenhando no Brasil uma série de avanços tecnológicos para o uso do álcool como combustível. Em 1975, relevantes esforços realizados pelo Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) e o apoio fundamental do governo a partir da década de 70, em meio à crise do petróleo, propiciaram o surgimento do Proálcool. Foi uma das principais respostas brasileiras à crise energética mundial, marcada pelos choques de preço do petróleo de 1973 e 1979, quando a produção voltada para o mercado consumidor do Ocidente estava concentrada no Oriente Médio e institucionalmente controlada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

Ao menos em termos de venda ao consumidor o Proálcool foi um sucesso, considerando que 96% dos automóveis novos vendidos no país em 1985 eram movidos a álcool. Em 1995, esse percentual baixou para 3%, segundo o Anuário Estatístico da Indústria Automobilística Brasileira de 1996. A situação só tem piorado. Reportagem recente indicava que o percentual anual de produção não chega a representar nem 1% do total de carros produzidos no país.

Estamos no caminho certo? Provavelmente não.

Proálcool: o que restou

No início dos anos 90, uma profunda crise de abastecimento de álcool provocava perda quase total de credibilidade do Proálcool perante o consumidor.

Esse programa foi visto desde o início como uma produção de empresários politicamente conservadores, sobretudo no Nordeste, onde os usineiros apoiavam candidatos contrários aos partidos de esquerda, receosos de que a questão agrária se radicalizasse; alguns deles eram acusados de não honrar seus débitos para com os bancos públicos.

Além disso, era desconfortável para a Petrobrás ter de dar suporte à produção de um concorrente de seus produtos, como a gasolina e o óleo diesel. Mais sério ainda seria a atividade sucroquímica se expandir e concorrer com a petroquímica, passando o álcool a concorrer também com a nafta, derivada do petróleo. Por outro lado, diversos estudos pretendiam demonstrar que o custo de produção do álcool era mais alto que o da gasolina.

Hoje, o que resta do Proálcool é a manutenção de um percentual de álcool anidro, em torno de 25%, misturado à gasolina vendida em quase todos os estados do Brasil.

O álcool nos EUA

Enquanto isso, os países mais desenvolvidos correm atrás do domínio de uma tecnologia para o uso do etanol como combustível. A busca de solução no milho ou na celulose como fontes energéticas é colocada como estratégica nos EUA, em face da necessidade de o país se tornar independente da instabilidade dos países do Oriente Médio e também de reduzir o seu déficit comercial. De acordo com Lugar e Woolsey: "Os Estados Unidos não podem se dar o luxo de esperar a próxima crise energética para mobilizar seus recursos intelectuais e industriais." E o Brasil, pode?

Gravíssimos problemas podem atingir a economia mundial no próximo milênio. Espera-se redução das reservas petrolíferas e é ainda acentuada a concentração da produção nos países do Oriente Médio – um fator de instabilidade quase sempre responsável por choques de preços de relevantes conseqüências macroeconômicas. Se o etanol se tornar mais competitivo, graças a biocatalisadores geneticamente modificados e novas tecnologias de processamento, haverá uma mudança no mapa da segurança mundial. Seria impossível, por exemplo, a formação de um cartel que controlasse produção, manufatura e comercialização de etanol combustível. A importação americana de petróleo representa quase 40% do déficit comercial dos EUA.

Álcool, recurso verde

Outro aspecto significativo é que a solução verde diminuiria a emissão de gases geradores do efeito estufa. O acúmulo de gás carbônico na atmosfera – em grande parte expelido por veículos a gasolina – responde por esse grave problema. Também melhoraria a qualidade de vida em grandes centros urbanos como São Paulo. Se El Niño causa seca no Nordeste e enchentes no Sul do país, isso acontece por influência de fatores como o uso desenfreado dos combustíveis fósseis.

As forças do mercado dificilmente refletem riscos à segurança nacional, no que se refere às questões ambientais ou outras preocupações sociais. O setor privado americano não tem condições de financiar pesquisas de longo prazo, apesar do seu elevado potencial para gerar inovações dramáticas. O governo americano precisa se engajar diretamente nas pesquisas tecnológicas voltadas para o etanol, estimulando, conse-

qüentemente, o interesse do setor privado. Lugar, senador republicano, e Woolsey se referem até a busca de apoio fiscal e citam o Brasil como um país que consegue mover uma imensa frota de carros unicamente com o etanol.

Recentemente fui procurado por uma jovem sueca que queria desenvolver sua dissertação de mestrado sobre a energia de biomassa usando o Proálcool como exemplo. Sentia-se estimulada pelo interesse de algumas indústrias do seu país – do porte de uma Volvo ou uma Scania – sobre o assunto. Surpreendeu-se com o que resta do Proálcool no Brasil.

Reavaliar é preciso

O setor sucroalcooleiro sofreu um processo de concentração industrial e as firmas mais competitivas permaneceram no mercado. Hoje a mentalidade empresarial mudou para melhor nesse setor. É necessário que seja reavaliado o papel totalmente secundário do álcool na matriz energética e que não se deixe perder e absorver todo o avanço tecnológico, diante de imensas oportunidades de investimento, com grande potencial gerador de renda e emprego, desprezando questiúnculas político-partidárias intervenientes. Essa avaliação deve ser realizada tendo em vista os benefícios econômicos e sociais do álcool para o país, muito mais importantes que sua característica de concorrente da gasolina refinada pela Petrobrás. De outro modo, essa análise sofreria distorções graves.

Do ponto de vista estratégico e econômico de médio prazo, o Brasil não pode perder a posição de vanguarda que assumiu no setor energético. É necessário dimensionar as vantagens sociais e econômicas do álcool e aprofundar o conhecimento das vantagens que ele trouxe e ainda pode trazer.

Que se adeqüe o arranjo institucional existente em torno do setor sucroalcooleiro, se necessário. Do ponto de vista estratégico e provavelmente econômico a médio prazo, o Brasil não pode perder a posição de vanguarda que assumiu nesse setor. Afinal, o novo petróleo americano é um velho conhecido nosso. E nesse caso as razões apresentadas pelos citados autores ainda são pequenas diante do potencial que realmente existe.

É necessário dimensionar as vantagens sociais e econômicas do álcool, assim como aprofundar o conhecimento das vantagens que esse combustível trouxe e ainda pode trazer, analisada sua importância para a indústria petroquímica nacional e alguns outros setores fundamentais, assim como em termos de economia de divisas. E nesse quadro, definir um papel efetivo para o governo.

André Maia Gomes Lages é professor da Ufal e doutorando em economia do IE/UFRJ.
Texto originado do artigo de Lugar, Richard G. & Woolsey, James R. Foreign Affairs, traduzido como O novo petróleo. Gazeta Mercantil, *8 jan. 1999. Foram utilizados conceitos de: Cley, Scholz. Programa do álcool enfrenta a sua pior crise.* O Estado de S. Paulo, *set. 1998. Vidal, J. Batista. A reconquista do Brasil. 1997.*

Extra!

CADEIA DE LEITE

Parceiros na pesquisa

É preciso envolver iniciativa privada e setor público nos projetos de desenvolvimento da cadeia do leite

Geraldo M. Calegar, Jarli Moreira de Faria e Julio Alves da Silva

Os investimentos em P&D têm sido tradicionalmente realizados por instituições governamentais. A principal justificativa para a atuação do Estado nas ações de P&D está na característica de bem público dos resultados da pesquisa. Um bem caracteriza-se basicamente por não apresentar competição no consumo – o uso do bem por um consumidor não reduz a quantidade disponível para outro consumidor – e não-excludência, ou seja, ninguém pode ser impedido de consumir o bem, uma vez que ele se torne disponível. Adicionalmente, quanto maior o grau de incerteza do retorno dos investimentos em P&D e maior as perspectivas de geração de benefícios sociais, mais se justifica o envolvimento do setor público nessas atividades.

Por outro lado, a iniciativa privada tem tido um papel importante em ações de P&D que envolvam baixo risco e expectativas de alto retorno econômico. No caso do setor agrícola, essas ações estão relacionadas a melhoramento genético para obtenção de sementes, pesquisa com fertilizantes, desenvolvimento de máquinas e equipamentos e, mais recentemente, no campo da biotecnologia e da agricultura de precisão (gráfico 1).

Neste contexto, as cadeias produtivas de maior interesse da iniciativa privada têm sido as mais dinâmicas, incluindo os produtos tradicionais de exportação e aqueles que envolvem maior valor agregado e grande mercado interno, como os produtos tradicionais de consumo doméstico.

Uma caracterização do grau de interesse de diferentes agentes financiadores por diferentes programas de ação de P&D é apresentada na tabela 1. Assim, não obstante o espaço que existe para investimentos em P&D pelo setor privado *per se* e/ou em parcerias com instituições públicas, predominam os investimentos públicos em praticamente todas as li-